

INTRODUÇÃO

O “roubo da história” do título refere-se à dominação da história pelo Ocidente. Isto é, o passado é conceituado e apresentado de acordo com o que aconteceu na escala provincial da Europa, frequentemente da Europa ocidental, e então imposto ao resto do mundo. Esse continente pretendeu ter inventado uma série de instituições-chave como “democracia”, “capitalismo” mercantil, liberdade e individualismo. Entretanto, essas instituições são encontradas em muitas outras sociedades. Eu defendo que essa mesma pretensão se volta para emoções tais como o amor (ou o amor romântico) que é sempre visto como tendo aparecido apenas na Europa no século XII e sendo intrinsecamente constitutivo da modernização do Ocidente (na família urbana, por exemplo).

Isso fica evidente nas considerações do conhecido historiador Trevor-Roper em seu livro *The rise of Christian Europe (A formação da Europa cristã)*. Ele se refere a extraordinárias conquistas da Europa desde o Renascimento, (embora alguns historiadores comparatistas localizem conquistas européias apenas a partir do século XIX). Para Trevor-Roper essas conquistas são exclusivas do continente europeu. A vantagem pode ser temporária, mas ele afirma que:

Os novos governantes do mundo, sejam lá quem forem, herdaram uma posição que foi construída pela Europa e somente pela Europa. São técnicas européias, exemplos europeus, idéias européias que arrancaram o mundo não-europeu de seu passado – alijando-o da barbárie da África, e das antigas, majestáticas e vagarosas civilizações da Ásia. A história do mundo nos últimos cinco séculos, se tem algum significado, é a história européia. Não acho que temos de nos desculpar se nosso estudo da história estiver centrado na Europa.¹

¹ Trevor-Roper, 1965:11.

Embora Trevor-Roper afirme que o historiador “para testar sua filosofia da história tenha de viajar para fora do país, mesmo para regiões hostis”, não acredito que ele tenha praticado o que defende nem empírica nem teoricamente. Além de aceitar que essas vantagens concretas começaram no Renascimento, Trevor-Roper adota uma perspectiva essencialista que atribui essas conquistas ao fato de o cristianismo “ter em si mesmo fontes de nova e enorme vitalidade”.² Alguns historiadores consideram Trevor-Roper um caso extremo. Eu pretendo mostrar que há várias versões mais sensíveis dessa tendência que encobrem tanto a história dos continentes quanto do mundo.

Depois de uma permanência de vários anos entre “tribos” africanas e em um reino em Gana me vi questionando a pretensão europeia de ter inventado formas de governo (como a democracia), formas de parentesco (como a família nuclear), formas de troca (como o mercado) e formas de justiça, quando, pelo menos embrionariamente, tais formas já estavam presentes em outros lugares. Essas pretensões foram incorporadas tanto pela história como disciplina acadêmica como nas representações da cultura popular. Obviamente, houve muitas conquistas europeias em tempos recentes, mas boa parte delas foi copiada de outras culturas urbanas como a da China. De fato, a divergência entre Oriente e Ocidente, tanto econômica como intelectualmente, mostrou-se relativamente recente e pode ser temporária. No entanto, segundo muitos historiadores europeus, a trajetória do continente asiático e mesmo do resto do mundo teria sido marcada por um processo de desenvolvimento bem diferente (algo como um “despotismo asiático”), que vai contra meu entendimento de outras culturas e de arqueologia (de períodos anteriores e posteriores à escrita). Um dos objetivos deste livro é considerar essas aparentes contradições, reexaminando como as mudanças básicas na sociedade desde a Idade do Bronze (cerca de 3000 a.e.c.) foram interpretadas pelos historiadores europeus. Empreendo aqui a releitura das obras de historiadores que admiro, como Laslett, Finley, Braudel e Anderson.

O resultado é uma crítica à forma como esses autores, incluindo Marx e Weber, trataram aspectos da história mundial. Tentei introduzir uma perspectiva comparativa mais ampla em debates como os que se desenvolvem em torno das características individuais e comuns da vida humana, das atividades de mercado e não-mercado e de democracia e “tirania”.

² Trevor-Roper, 1965:21.

Essas são áreas em que o problema da história cultural foi definido pelos eruditos ocidentais em moldes mais limitados. No entanto, uma coisa é negligenciar as “pequenas sociedades primitivas” (aquelas estudadas pelos antropólogos) quando lidamos com a Antigüidade e o desenvolvimento inicial do Ocidente; outra coisa é negligenciar as grandes civilizações da Ásia ou, o que é tão problemático quanto, categorizá-las como “Estados asiáticos”. É uma questão muito mais séria e que demanda uma reflexão sobre a história da Ásia e da Europa. De acordo com Trevor-Roper, Ibn Khaldun considerou que a civilização no Oriente estava muito mais bem estabelecida do que no Ocidente. O Oriente possuía “uma civilização assentada em raízes tão profundas que possibilitou sua sobrevivência mesmo diante de sucessivas conquistas”.³ Essa é uma perspectiva bem diferente da maioria dos historiadores europeus.

O meu argumento é produto da reação de um antropólogo (ou de um sociólogo comparatista) à história “moderna”. Esse problema se colocou para mim com a leitura de Gordon Childe e outros historiadores da pré-história que descreveram o desenvolvimento das civilizações da Idade do Bronze na Ásia e Europa como ocorrendo em linhas paralelas. O que teria então levado vários historiadores europeus a admitir padrões de desenvolvimento tão diferentes nos dois continentes a partir da Antigüidade, que pudessem ter conduzido, no final, à “invenção” do “capitalismo”? A única argumentação a favor dessa divergência inicial se apoiou no contraste entre a agricultura de irrigação de algumas regiões do Oriente e a agricultura de estações no Ocidente.⁴ Esse argumento negligenciou as várias similaridades derivadas da Idade do Bronze em termos da agricultura de arado, tração animal, artes urbanas e outras especialidades, que incluem o desenvolvimento da escrita e dos sistemas de conhecimento que ela produz, assim como de muitos outros usos da escrita que já discuti em meu livro *The logic of writing and the organization of society (Lógica da escrita e organização da sociedade)* de 1986.

Acho que é um erro observar a situação somente em termos de algumas diferenças nos modos de produção quando há várias similaridades não somente na economia, mas também nos modos de comunicação e de destruição, incluindo aí a pólvora. Todas essas similaridades, incluindo estrutura familiar e cultura no sentido amplo, são desconsideradas em favor da hipótese “oriental” que acentua as diferentes trajetórias históricas do Ocidente e do Oriente.

³ Trevor-Roper, 1965:27.

⁴ Wittfogel, 1957.

As várias similaridades entre Europa e Ásia nos modos de produção, comunicação e destruição tornam-se mais claras quando contrastadas com a África e são com freqüência ignoradas quando a noção de Terceiro Mundo é usada indiscriminadamente. Em particular, alguns escritores tendem a menosprezar o fato de a África utilizar mais a agricultura de enxada que o arado e a irrigação. A África não passou pela experiência da revolução urbana da Idade do Bronze. No entanto o continente não estava isolado. Os reinos dos Asante e do Sudão ocidental produziam ouro que, juntamente com escravos, eram transportados pelo Saara até o Mediterrâneo. Lá, era usado na troca de produtos orientais (via cidades da Andaluzia e da Itália), para a qual a Europa, nessa época, necessitava muito de metal precioso.⁵ Em troca, a Itália enviava contas venezianas, sedas e algodão indiano. Um mercado ativo conectava as “economias de enxada”, o incipiente “capitalismo” mercantil e as agriculturas de estação do sul da Europa, de um lado, com as economias manufatureiras, urbanas e de agricultura irrigada do Oriente, de outro.

Além dessas ligações entre Europa e Ásia e das diferenças entre os modelos eurasiático e africano, fiquei impressionado com certas similaridades na família e sistemas de parentesco entre as principais sociedades da Europa e da Ásia. Em contraste com o “preço da noiva” (ou melhor, “riqueza da noiva”) da África, por meio do qual os parentes do noivo concedem bens ou serviços aos parentes da noiva, o que encontramos na Ásia e na Europa foi a alocação de propriedade parental às filhas, tanto por herança na morte quanto por dote no casamento. Essa similaridade na Eurásia é parte de um paralelismo mais amplo de instituições e atitudes que qualifica os esforços de colegas na história demográfica e da família, que tentaram e continuam tentando explicar o padrão diferencial “europeu” de casamento. Tal padrão seria encontrado na Inglaterra desde o século XVI e estaria conectado, com freqüência implicitamente, ao desenvolvimento único do “capitalismo” no Ocidente. Essa ligação me parece questionável e a insistência na diferença entre o Ocidente e o Outro é etnocêntrica.⁶ Meu argumento é que, embora muitos historiadores tentem evitar o caráter etnocêntrico de suas interpretações (como a teleologia), eles tropeçam sempre em seu conhecimento limitado do outro (e também das próprias origens). Essa limitação os leva, muitas vezes, a produzir afirmações insustentáveis, implícita ou explicitamente, acerca da especificidade do Ocidente.*

⁵ Bovil, 1933.

⁶ Goody, 1976.

* Nota da Tradução (N.T.): O autor usa com freqüência os termos *east* e *west*. Optamos pela manutenção dos termos já fixados Oriente e Ocidente, admitidos como recurso de tradução que não prejudica, se explicitado o seu sentido, os intentos do projeto goodyano de crítica do etnocentrismo das ciências humanas.

Quanto mais eu observava outras facetas da cultura da Eurásia e ganhava experiência em partes da Índia, China e Japão, mais sentia que a sociologia e a história dos grandes Estados ou “civilizações” da Eurásia necessitavam ser entendidas como variações uma da outra. É exatamente o que noções de despotismo asiático, excepcionalidade asiática ou distintas formas de racionalidade ou de “cultura” tornam impossível considerar. Elas impedem uma investigação e uma comparação “racional” lançando mão do recurso de distinções categoriais. A Europa teve coisas como Antigüidade, feudalismo, capitalismo, que os outros não tiveram. Diferenças certamente existem. Mas o que se requer é uma comparação mais cuidadosa, não um contraste grosseiro entre Ocidente e Oriente, que acaba sempre favorecendo o primeiro.⁷

Há alguns pontos que quero tratar desde o início já que considero que negligenciá-los é em parte fator responsável por nosso descontentamento. Em primeiro lugar, há uma tendência em organizar a experiência a partir daquele que a examina, seja indivíduo, grupo ou comunidade. Uma das formas que essa atitude pode tomar é o etnocentrismo, postura que, não é de se surpreender, caracterizou gregos e romanos, assim como de resto todas as comunidades. Todas as sociedades humanas exibem um certo etnocentrismo que, em parte, é um requisito de identidade pessoal e social de seus membros. O etnocentrismo, do qual eurocentrismo e orientalismo são variantes, não é uma doença exclusiva da Europa. Os navajos, do sudoeste norte-americano, que se autodenominam “o povo”, possuem também tendência etnocêntrica. Assim como os judeus, os árabes ou os chineses. É por isso que, mesmo aceitando que há variações de intensidade, reluto em aceitar argumentos que localizam a produção de tais preconceitos nos anos de 1840, como Bernal⁸ faz para a Grécia antiga, ou nos séculos XVII e XVIII, como Hobson⁹ faz para a Europa. O etnocentrismo é um fenômeno muito mais geral. Os gregos antigos não possuíam nenhuma paixão pela “Ásia”, os romanos discriminavam os judeus.¹⁰ As razões variam. Os judeus baseiam-se em argumentos religiosos, os romanos priorizam a proximidade com sua capital e civilização, a Europa atual justifica-se pelo sucesso no século XIX. Assim, um risco etnocêntrico oculto é ser eurocêntrico sobre etnocentrismo, uma armadilha na qual o pós-colonialismo e o pós-modernismo freqüentemente caem. Mas se a Europa não inventou o amor, a democracia, a liberdade ou o capitalismo de mercado, ela também não inventou o etnocentrismo.

⁷ Finley, 1981.

⁹ Hobson, 2004.

⁸ Bernal, 1987.

¹⁰ Goodman, 2004:27.

O problema do eurocentrismo é ampliado pelo fato de uma visão particular de mundo produzida na Antigüidade européia, cuja autoridade foi reforçada pelo uso extensivo do sistema de escrita grego, ter sido apropriada e absorvida pelo discurso historiográfico europeu, produzindo uma cobertura aparentemente científica em uma variante do fenômeno comum. A primeira parte do livro concentra-se na análise dessas teses com especial atenção à cronologia histórica que elas produziram.

Em segundo lugar, é importante entender como essa noção de divergência radical entre Europa e Ásia emergiu e isso eu faço discutindo o conceito de Antigüidade.¹¹ O etnocentrismo inicial foi agravado por eventos posteriores no continente europeu, como a dominação mundial em várias esferas que foi com freqüência vista como primordial. No século XVI, a Europa alcançou uma posição dominante no mundo em parte por conta do Renascimento e dos avanços na navegação e nos armamentos¹² que lhe permitiram explorar e colonizar novos territórios e desenvolver sua empresa mercantil, em parte pela adoção da imprensa, que ampliou o alcance do conhecimento.¹³ Pelo final do século XVIII, com a Revolução Industrial, a Europa alcançou o domínio econômico mundial. No contexto da dominação, o etnocentrismo assume um aspecto mais agressivo. “Outra raça” passa a ser automaticamente “raça inferior” e na Europa um ensino sofisticado (às vezes racista no tom, embora a superioridade fosse considerada de caráter cultural e não natural) criou justificativas para explicar por que as coisas eram assim. Alguns pensavam que Deus, o Deus cristão ou a religião protestante, assim determinara. Muitos ainda acreditam nisso. Como muitos autores têm insistido, essa superioridade precisa ser explicada. Mas as explicações apoiadas em fatores primordiais de longa duração, sejam raciais ou culturais, são insatisfatórias, tanto teórica como empiricamente, pois a divergência veio depois. Devemos ser prudentes ao interpretar a história de uma maneira teleológica, isto é, interpretando o passado do ponto de vista do presente, projetando vantagens contemporâneas em épocas pretéritas e muitas vezes em termos “espirituais” aparentemente justificáveis.

A perfeita linearidade dos modelos teleológicos rotula tudo o que não é europeu como faltoso e carente e força a história européia a se encaixar

¹¹ Esse ponto se relaciona com a polêmica de Ernest Gellner com Edward Said sobre orientalismo, em Gellner, 1994.

¹² Cipolla, 1965.

¹³ Essa vantagem foi questionada por Hobson, 2004. Mas nós devemos tê-la em conta com relação ao sucesso da “expansão européia” não somente nas

Américas, mas principalmente no Oriente, onde sobrepujou as conquistas chinesas e indianas nessa área. Ver também Eisenstein, 1979.

em uma narrativa de mudanças progressivas duvidosas. Esse modelo tem de ser substituído por uma historiografia que seja mais flexível na abordagem da periodização, que não pressuponha a superioridade européia única no mundo pré-moderno e que relacione a história européia com a cultura compartilhada da Revolução Urbana da Idade de Bronze. Temos de enxergar desenvolvimentos históricos subsequentes na Eurásia em termos de um conjunto dinâmico de características e relações em interação múltipla e contínua, especialmente associada com a atividade (“capitalista”) mercantil, que permutava tanto idéias quanto produtos. Dessa forma, podemos compreender desenvolvimento societário em um quadro mais amplo, como interativo e evolucionário em um sentido social e não em termos de uma seqüência de eventos europeus, determinada em termos ideológicos.

Em terceiro lugar, a história mundial tem sido dominada por categorias como “feudalismo” e “capitalismo” propostas por historiadores que pensam exclusivamente na Europa. Com outras palavras, a periodização “progressiva” tem sido elaborada para uso interno a partir de um pano de fundo que considera apenas a trajetória européia.¹⁴ Assim, não há dificuldade em mostrar que o feudalismo é um fenômeno europeu, ainda que eruditos como Coulbourn se ofendam com as comparações e sempre partam e retornem à Europa, única base. A comparação sociológica não deve proceder dessa forma. Como eu já sugeri, deve-se começar por questões como a da propriedade condicional da terra e construir uma grade de características de vários tipos.

Finley mostrou que é mais produtivo examinar diferenças em situações históricas por meio de uma grade que ele criou para analisar a escravidão, definindo a relação a partir de várias situações servis, incluindo servidão, arrendamento e emprego, em vez de usar uma distinção explícita, por exemplo, entre escravo e homem livre, uma vez que há várias possíveis gradações.¹⁵ Surge dificuldade semelhante com o arrendamento da terra, freqüentemente classificado de forma grosseira como “propriedade individual” ou “propriedade comunal”. A idéia de Maine da coexistência de uma “hierarquia de direitos” distribuída por diferentes níveis na sociedade (na forma de uma grade) nos permite evitar essas oposições enganadoras. E permite que se examine situações humanas de uma maneira mais sutil e dinâmica. Dessa forma, pode-se examinar similaridades e diferenças entre, por

¹⁴ Ver Marx e Engels, 1969:504.

¹⁵ Ver Bion, 1970:3 e também Bion, 1963, em que a noção

de grade foi usada para a compreensão de fenômenos psicológicos.

exemplo, a Europa ocidental e a Turquia, sem se envolver prematuramente com afirmações grosseiras tais como “a Europa teve feudalismo, a Turquia não”. Mundy e outros mostraram de várias formas que a Turquia teve algo muito parecido com o feudalismo europeu.¹⁶ Usando uma grade, pode-se perguntar se a diferença parece suficiente para produzir conseqüências para o futuro desenvolvimento do mundo, como se pensava. Não se lida mais com conceitos monolíticos, formulados de um modelo não comparativo e não sociológico.¹⁷

A situação com relação à história mundial muito se alterou desde que abordei pela primeira vez esse tema. Vários autores, especialmente o geógrafo Blaut, têm insistido em denunciar as distorções criadas pelas interpretações dos historiadores europeus.¹⁸ O economista Gunter Frank mudou radicalmente sua posição a respeito do “desenvolvimento” e tem nos conclamado a *Re-Orientalizar*, ou seja, re-avaliar o Oriente.¹⁹ O sinólogo Pomeranz forneceu um resumo erudito do que chamou de *The Great Divergence*²⁰ (a grande divergência) entre Europa e Ásia que ele vê como ocorrendo apenas no início do século XIX. O cientista político Hobson fez recentemente um balanço abrangente do que chama de “as origens orientais da civilização ocidental”, tentando mostrar a superioridade das contribuições do Oriente.²¹ Há também a fascinante discussão de Fernandez-Armesto sobre os grandes Estados da Eurásia, tratados como iguais, nos últimos mil anos.²² Soma-se a isso um número crescente de estudiosos da Renascença, como a historiadora da arquitetura Deborah Howard e o historiador da literatura Jerry Brotton, que enfatizaram o significativo papel de estímulo que o Oriente Médio desempenhou sobre a Europa,²³ da mesma forma que vários historiadores da ciência e da tecnologia chamaram a atenção para as enormes contribuições do Oriente para as subseqüentes conquistas do Ocidente.²⁴

Meu objetivo é mostrar como a Europa não só tem negligenciado ou representado mal a história do restante do mundo e, em conseqüência, interpretado equivocadamente sua própria história, mas também tem imposto seus conceitos e períodos históricos, comprometendo nossa compreensão da

¹⁶ Mundy, 2004.

¹⁷ Falo da comparação sociológica. Há poucos sociólogos capazes de produzir estudos de instituições em escala mundial e também poucos antropólogos. Talvez o trabalho de A. R. Radcliffe

Brown seja uma exceção. Nas duas profissões, a regra é ficar travado em duvidosas comparações Oriente-Occidente e talvez apenas a escola durkheimiana do *Année sociologique* chegue perto de um programa satisfatório.

¹⁸ Blaut, 1993, 2000.

¹⁹ Frank, 1998.

²⁰ Pomeranz, 2000.

²¹ Hobson, 2004.

²² Fernandez-Armesto, 1995.

²³ Howard, 2000; Brotton, 2002.

²⁴ Para detalhes ver Goody, 2003.

Ásia de uma forma significativa tanto para o futuro quanto para o passado. Eu não estou procurando reescrever a história do território eurasiático, mas estou interessado em corrigir a forma como enxergamos seu desenvolvimento desde os chamados tempos clássicos. Ao mesmo tempo, tento ligar a história da Eurásia à história do resto do mundo, numa tentativa de mostrar que seria muito mais frutífero redirecionar a discussão para a história mundial. Concentrei-me no Velho Mundo e na África. Outros, especialmente Adams,²⁵ compararam o Velho e o Novo Mundo, no que diz respeito, por exemplo, à urbanização. Tal comparação poderia levantar outras questões – seu comércio e comunicação no desenvolvimento de “civilização” –, mas requereria mais uma ênfase na evolução social interna do que na difusão mercantil ou outra difusão, com importantes conseqüências para qualquer teoria do desenvolvimento.

Minha meta geral é similar àquela de Peter Burke para a Renascença, exceto que eu começo da Antigüidade. Ele escreve: “Eu procuro reexaminar a Grande Narrativa da ascensão da civilização ocidental”, que ele descreve como “um balanço triunfante das conquistas ocidentais a partir dos gregos, que tem na Renascença um elo na cadeia que inclui a Reforma, a Revolução Científica, o Iluminismo, a Revolução Industrial e assim por diante”.²⁶ Em sua revisão da pesquisa recente sobre a Renascença, Burke tenta “observar a cultura da Europa ocidental como uma cultura entre outras, coexistindo e interagindo com seus vizinhos, principalmente o Islã e Bizâncio, que por sua vez também tiveram seus próprios ‘renascimentos’ da Antigüidade grega e romana”.

O livro pode ser dividido em três partes. A primeira examina a validade da concepção européia de um tipo equivalente do árabe *isnad*, uma genealogia sociocultural, que surge da Antigüidade, progride para o capitalismo por intermédio do feudalismo e coloca a Ásia na posição de “excepcional”, “despótica” ou atrasada. A segunda parte examina três grandes eruditos, todos altamente influentes, que tentaram enxergar a Europa em relação com o mundo, mas que continuaram a privilegiar essa suposta linha exclusiva de desenvolvimento. São eles Needham, que demonstrou a excelente qualidade da ciência chinesa, o sociólogo Elias, que localizou a origem do “processo civilizador” na Renascença européia, e Braudel, o grande historiador do Mediterrâneo, que discutiu as origens do capitalismo. Fiz isso para mostrar que mesmo os historiadores mais considerados, que expressaram sempre aversão a uma história eurocêntrica e teleológica, podem

²⁵ Adams, 1966.

²⁶ Burke, 1978:3.

cair nessa armadilha. A parte conclusiva do livro interpreta as pretensões de vários europeus de apresentarem-se como os guardiões de algumas estimadas instituições, como um tipo especial de cidade, de universidade, de democracia e de valores, como o individualismo, assim como emoções, como o amor (ou o amor romântico).

Às vezes, queixas são feitas com relação à aspereza das críticas ao paradigma eurocêntrico. Eu tentei evitar esse tom e me concentrar no tratamento factual surgido em minhas discussões anteriores. Mas as vozes do outro lado são tão dominadoras e seguras de si que também nós podemos ser perdoados por erguer a voz.